

RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Santa Comba Dão para 2017, elaborado nos termos do Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), cumprindo o preceituado no n.º 13.

INTRODUÇÃO

Pese embora 2017 tivesse sido ano de eleições autárquicas em que por norma os executivos, pela necessidade de “mostrar resultados”, têm por hábito aumentar drasticamente as despesas municipais, tal não veio a acontecer neste último ano do mandato. A conta de gerência de 2017 mostra a continuidade de um trabalho de gestão na senda da reabilitação económica e financeira do município, dando cumprimento à prioridade traçada para este primeiro mandato - o equilíbrio das contas do município, tendo sempre bem presente que o fim que nos move é o de retomar o desenvolvimento económico do concelho e melhorar a qualidade de vida dos Santacombadenses.

Foi um trabalho árduo, que é para continuar, e que só terminará quando a situação do município estiver completamente equilibrada.

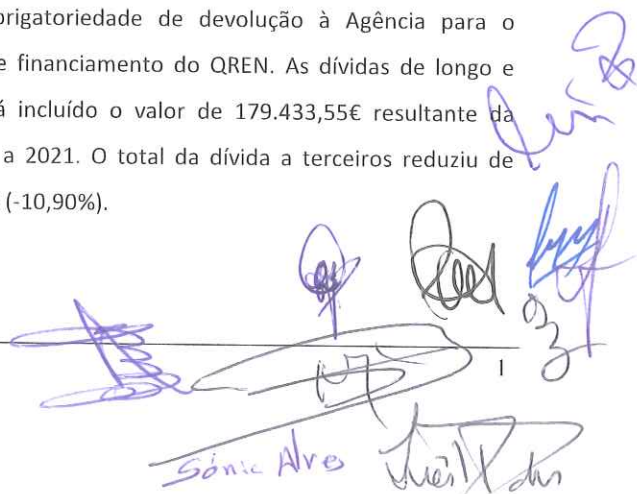
Da análise aos documentos da conta do município relativos ao ano de 2017, a nível orçamental, verifica-se uma diminuição do orçamento da receita, comparativamente a 2016, de 753.734,62€. O grau de execução orçamental da receita foi de 84,06%, continuando a evidenciar uma orçamentação cada vez mais realista, embora condicionada pelo valor da despesa realizada e não paga de anos anteriores. O comportamento geral das receitas próprias é negativo em 3.625,35€, embora se tenha verificado um acréscimo de 2,89% do peso das receitas próprias nas receitas totais.

A análise orçamental da despesa, a partir dos “valores executados”, revela um ligeiríssimo decréscimo do respetivo grau de execução na ordem dos 0,07%. Como resultado da continuada implementação de medidas da redução das despesas ao nível de despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital, entre outras, verificou-se que o valor global da despesa foi inferior ao do ano anterior em 758.594,50€.

Da análise económica ressalta um valor de proveitos de 8.322.273,09€, inferior ao ano de 2016 em 9,95%. Quanto aos custos, verificou-se, comparativamente a 2016, um aumento de 362.135,27€, para a qual contribuiu o facto de terem sido criadas novas provisões.

Relativamente ao endividamento, a dívida total da área do município diminuiu de 14.068.252€ para 12.536.566€; verificou-se deste modo uma variação da dívida de (-10,70%) e uma variação do seu excesso de (-47,47%).

Quanto às dívidas a terceiros de curto prazo (1.755.787,47€), reduziram 222.228,22€ (-11,23%) relativamente a 2016; esta dívida inclui o valor de 813.616,88€ referente à obrigatoriedade de devolução à Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito da rescisão dos contratos de financiamento do QREN. As dívidas de longo e médio prazo reduziram 1.253.613,75€ (-10,85%); nesta dívida está incluído o valor de 179.433,55€ resultante da participação no capital social do FAM a realizar nos anos de 2019 a 2021. O total da dívida a terceiros reduziu de 13.536.932,93€, para 12.061.090,96€, uma redução de 1.475.841,97€ (-10,90%).



Sónia Alves

Face ao exposto, podemos concluir que em 2017 foi dada continuidade ao trabalho anteriormente desenvolvido para a reabilitação económica e financeira do município, sem contudo deixar de assegurar os serviços municipais básicos e fundamentais, que são a razão de existir dos municípios, assim como foram concluídos os projetos a executar no âmbito do Portugal 2020 que permitirão relançar o desenvolvimento económico do concelho.

Por força deste desígnio, desenvolvido ao longo dos quatro anos de mandato, e da implementação de uma estratégia para o desenvolvimento do concelho, os resultados começam a ser visíveis.

Quanto ao desenvolvimento industrial, está praticamente concluída e prestes a entrar em laboração uma unidade de fabrico de refeições ultracongeladas maioritariamente para exportação e que empregará, numa primeira fase, perto de cem trabalhadores, dos quais a maioria serão do sexo feminino. Uma nova unidade do Grupo Ribadão, um investimento de 15 milhões de euros e destinada ao fabrico de parquet flutuante, vai começar a ser construída em breve na zona industrial das Lameiras .

Tal como temos vindo a afirmar, Santa Comba Dão tem um enorme potencial para o setor do turismo. Assim, no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), foram definidos um conjunto de intervenções que apoiarão o desenvolvimento desta estratégia. Foi já requalificado um espaço degradado e desordenado no centro da cidade. Seguir-se-á a requalificação de toda a zona da ribeira das hortas, a jusante da ponte, e que incluirá a requalificação da antiga central elétrica, do lagar de azeite, a construção de passadiços e do arranjo urbanístico da zona envolvente.

Ao mesmo tempo estão a ser preparadas intervenções noutros locais do concelho, com vista ao seu aproveitamento do ponto de vista turístico, de que se realça a ligação da ecopista à estação do comboio e a sua continuação até Penacova através da ecovia do Mondego, bem como a primeira fase da requalificação da Escola Cantina Salazar em Centro Interpretativo do Estado Novo.

Todos estes projetos estão a entusiasmar os operadores turísticos, continuando a verificar-se novos investimentos em espaços de alojamento.

Acreditamos de que estamos no caminho certo, um caminho duro e difícil, mas que com o contributo de todos, vai permitir voltar a ter um concelho próspero e dinâmico.

O Presidente da Câmara

Leonel Gouveia



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Sónia Alves' and a circled '2'.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1.1. RECEITA

O grau de execução orçamental da receita reflete aumento das receitas próprias. Contudo, continua a existir a impossibilidade de atingir os valores previstos. A sobre dotação de algumas rubricas, nomeadamente de 'Venda de Bens e serviços correntes', 'Outras Receitas Correntes' e 'Outras Receitas de Capital', conduz a que o grau de execução continue baixo. Na tabela seguinte, estão patentes os desvios nas diferentes rubricas, tendência revelada também em exercícios anteriores:

Rub.	Designação	2017				2016			
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.
01	Impostos directos	1.765.722,00	1.945.487,67	179.765,67	110,18%	1.699.247,00	1.954.130,68	254.883,68	115,00%
02	Impostos indirectos	63.525,00	65.525,74	2.000,74	103,15%	61.831,00	59.099,13	-2.731,87	95,58%
04	Taxas, multas e outras penalidades	198.537,00	259.616,44	61.079,44	130,76%	203.341,00	215.615,06	12.274,06	106,04%
05	Rendimentos da propriedade	437.120,76	435.629,07	-1.491,69	99,66%	434.225,00	431.341,40	-2.883,60	99,34%
06	Transferências correntes	4.358.326,50	4.250.517,17	-107.809,33	97,53%	4.217.264,33	4.238.679,28	21.414,95	100,51%
07	Venda de bens e serviços correntes	558.142,00	348.763,75	-209.378,25	62,49%	563.696,00	373.802,19	-189.893,81	66,31%
08	Outras receitas correntes	1.135.987,17	2.912,51	-1.133.074,66	0,26%	608.350,94	11.329,32	-597.021,62	1,86%
09	Venda de bens de investimento	10.136,00	88.575,00	78.439,00	873,87%	37.845,00	104.056,09	66.211,09	274,95%
10	Transferências de capital	386.727,00	499.487,39	112.760,39	129,16%	385.135,13	389.050,07	3.914,94	101,02%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	nd	1,00	0,00	-1,00	nd
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	nd	672.432,00	672.249,80	-182,20	99,97%
13	Outras receitas de capital	528.831,81	0,00	-528.831,81	nd	1.196.941,53	0,00	-1.196.941,53	nd
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	6.804,00	796,77	-6.007,23	11,71%	1.346,00	1.555,43	209,43	115,56%
16	Saldo da gestão anterior	288.820,86	288.820,86	0,00	100,00%	410.758,79	410.758,79	0,00	100,00%
Total Receitas		9.738.680,10	8.186.132,37	-1.552.547,73	84,06%	10.492.414,72	8.861.667,24	-1.630.747,48	84,46%

Unid.: Euro

O orçamento da receita foi inferior ao do ano 2016 em 753.734,62 euros.

O grau de execução orçamental das receitas no exercício de 2017 foi de 84,06%.

Verifica-se uma diminuição, de cerca de 0,4%, na taxa de execução do orçamento da receita. A diminuição do grau de execução orçamental resulta da uma orçamentação da receita mais realista, embora continue condicionada pelo valor de despesa realizada e não paga nos exercícios anteriores, mas, exige o Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, que a dotação das receitas seja suficiente para cobrir as despesas, o que obriga a projecção das receitas previstas em valores superiores aos esperados na realidade.

Podemos também concluir que o Município continua a enfrentar dificuldades em gerar nova receita própria para fazer face aos compromissos assumidos.

1.1.2. DESPESA

A análise orçamental da despesa incide sobre duas realidades, valores 'executados' e valores 'pagos', das quais são retiradas conclusões distintas.

O grau de execução da despesa diminuiu de 99,71% para 99,64% se considerarmos os valores 'executados', e de 81,76% para 79,34 % se considerarmos os valores 'pagos'.

Nas tabelas seguintes apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e seguidamente os dados do

[Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name "Sónia Alves" and various initials and dates.]

exercício que o precedeu:

Rub.	Designação	2017						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Asssembleia Municipal - Despesas com pessoal	14.204,00	14.130,91	-73,09	99,49%	14.130,91	-73,09	99,49%
0101 02	Asssembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	200,00	0,00	-200,00	0,00%	0,00	-200,00	0,00%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.428.280,18	2.428.260,18	-20,00	100,00%	2.390.375,03	-37.905,15	98,44%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	3.029.298,46	3.022.615,78	-6.682,68	99,78%	2.587.713,15	-441.585,31	85,42%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	340.277,62	340.197,62	-80,00	99,98%	301.614,10	-38.663,52	88,64%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	113.702,92	113.690,92	-12,00	99,99%	68.788,84	-44.914,08	60,50%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	506.003,99	479.483,87	-26.520,12	94,76%	424.103,12	-81.900,87	83,81%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	119.753,00	118.183,00	-1.570,00	98,69%	118.183,00	-1.570,00	98,69%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	59.812,00	59.812,00	0,00	100,00%	59.812,00	0,00	100,00%
0102 11	Câmara Municipal - Outras despesas de capital	347.776,64	347.776,64	0,00	100,00%	347.776,64	0,00	100,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	306.144,36	306.144,36	0,00	100,00%	220.228,67	-85.915,69	71,94%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	2.473.226,93	2.473.226,93	0,00	100,00%	1.193.801,75	-1.279.425,18	48,27%
Total despesas		9.738.680,10	9.703.522,21	-35.157,89	99,64%	7.726.527,21	-2.012.152,89	79,34%

Unid.: Euro

Rub.	Designação	2016						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Asssembleia Municipal - Despesas com pessoal	11.600,00	8.602,17	-2.997,83	74,16%	8.602,17	-2.997,83	74,16%
0101 02	Asssembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	200,00	0,00	-200,00	0,00%	0,00	-200,00	0,00%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.438.019,48	2.437.996,48	-23,00	100,00%	2.404.439,48	-33.580,00	98,62%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	3.443.338,16	3.424.287,24	-19.050,92	99,45%	2.953.591,77	-489.746,39	85,78%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	315.576,90	315.566,90	-10,00	100,00%	257.681,58	-57.895,32	81,65%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	40.580,70	40.580,70	0,00	100,00%	40.567,22	-13,48	99,97%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	686.769,76	686.423,75	-346,01	99,95%	555.684,05	-131.085,71	80,91%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	102.718,88	95.048,88	-7.670,00	92,53%	95.048,88	-7.670,00	92,53%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	59.812,00	59.812,00	0,00	100,00%	59.812,00	0,00	100,00%
0102 11	Câmara Municipal - Outras despesas de capital	112.000,00	112.000,00	0,00	100,00%	112.000,00	0,00	100,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	483.858,82	483.858,82	0,00	100,00%	288.860,93	-194.997,89	59,70%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	2.797.940,02	2.797.939,77	-0,25	100,00%	1.802.014,81	-995.925,21	64,41%
Total despesas		10.492.414,72	10.462.116,71	-30.298,01	99,71%	8.578.302,89	-1.914.111,83	81,76%

Unid.: Euro

Na estrutura da despesa, a análise efetuada a partir dos valores 'executados' revela uma diminuição no respetivo grau de execução na ordem dos 0,07 p.p.. Em termos de valores absolutos, o valor global da despesa foi inferior ao do ano anterior em 758.594,50 euros.

Considerando valores absolutos, tendo como referência os valores 'executados', pela Câmara Municipal, verificamos:

- Despesas com Pessoal – sem variação percentual, diminuiu cerca 4.207,56€;
- Aquisição de Bens e serviços – diminuição de 12 p.p., cerca de 401.671,46€;

Esta diminuição resulta da implementação de medidas de contenção da despesa salientando-se a aquisição de combustíveis, material de limpeza e higiene, peças de material de transporte e outras, livros e documentação técnica, material de educação e recreio, conservação de bens, outros bens, locação de outros bens, comunicações, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, formação e outros serviços;

- Transferências Correntes – aumento de 8 p.p., cerca de 24.630,72€;

Contribui para o aumento desta rubrica as transferências efetuadas para instituições sem fins lucrativos;

- Outras despesas correntes – aumento de 180 p.p., cerca de 73.110,22€;

Por aumento de indemnizações a fornecedores relativas a processos judiciais;

- Aquisição de bens de capital – diminuição de 30 p.p., cerca de 206.939,88€;

Esta diminuição resulta da implementação de medidas de contenção da despesa;

- Transferências de capital – aumento de 24 p.p., cerca de 23.134,12€;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A rubrica em apreço aumentou devido às transferências efetuadas para a administração local e instituições sem fins lucrativos;

- Ativos Financeiros – rubrica sem variação;

É lançado nesta rubrica a participação do município no capital social do FAM.

- Juros e outros encargos – diminuição de 37 p.p., cerca de 177.714,46€;

Esta rubrica contempla juros de empréstimos, e juros de mora de fornecedores;

- Passivos financeiros – diminuição de 12 p.p., cerca de 324.712,84€;

Esta rubrica atende a amortização de empréstimos.

1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A situação orçamental verifica uma relação entre receitas e despesas correntes equilibrada. O superávit verificado resulta da diminuição da despesa corrente (considerando valores de compromissos assumidos) em cerca de 7,54% e o aumento da receita corrente em cerca de 0,34%, ou seja, verifica-se o esforço efetivo pela contenção da despesa em cerca de 7,25%.

As despesas correntes de 2017 ascenderam a 6.225.039,77 euros, enquanto as receitas correntes totalizaram 7.308.452,35 euros.

RESULTADOS CORRENTES			
Receitas	7.308.452,35	Receitas	7.283.997,06
Despesas	6.225.039,77	Despesas	6.733.174,06
Superávit 2017	1.083.412,58	Superávit 2016	550.823,00

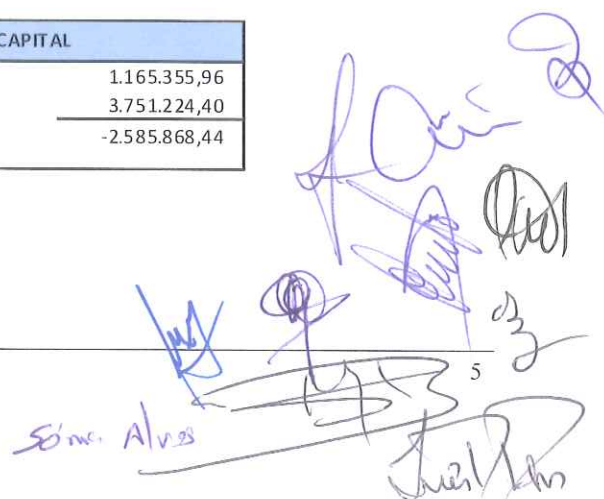
Unid.: Euro

1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

O resultado das operações de capital é negativo. As receitas de capital são constituídas maioritariamente pela receita proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital), preceituado no Mapa XIX do OE2017. As despesas de capital são constituídas maioritariamente pela despesa associada à amortização de empréstimos e à devolução do QREN.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL			
Receitas	588.062,39	Receitas	1.165.355,96
Despesas	3.478.482,44	Despesas	3.751.224,40
Défice 2017	-2.890.420,05	Défice 2016	-2.585.868,44

Unid.: Euro



1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa (considerando compromissos assumidos) permite identificar desvios tanto em 2017 como nos exercícios transatos. Verifica-se uma diminuição da despesa total em 7,25%, cerca de 758.594,50€. A receita total apresenta uma diminuição de 7,62%, cerca de 675.534,87€. No final do exercício de 2017 aferiu-se um saldo negativo de 1.517.389,84 euros entre receitas e despesas sendo que no final do exercício de 2016 este se cifrava em 1.600.449,47 euros.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL			
Receitas	8.186.132,37	Receitas	8.861.667,24
Despesas	9.703.522,21	Despesas	10.462.116,71
Défice 2017	-1.517.389,84	Défice 2016	-1.600.449,47

Unid.: Euro

1.3 EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

Nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, os orçamentos das entidades do setor local prevêm as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sendo que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No final do exercício de 2017 o município cumpriu a regra de equilíbrio orçamental.

PRINCIPIO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL	
Receita Corrente Bruta 2017	7.325.027,05
Despesa Corrente 2017	5.582.850,70
Amortizações Médias Empréstimos 2017	1.495.036,88
Equilíbrio Orçamental	247.139,47

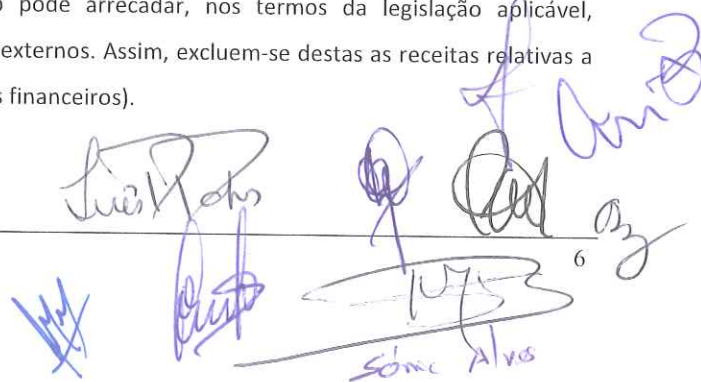
Unid.: Euro

2. FONTES DE FINANCIAMENTO

2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITA PRÓPRIAS

Consideram-se receitas próprias aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos. Assim, excluem-se destas as receitas relativas a transferências recebidas e a empréstimos contraídos (passivos financeiros).



Designação	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	3.147.303,95	38,45%	3.150.929,30	35,56%
Outras Receitas	4.750.004,56	58,03%	5.299.979,15	59,81%
Saldo Orçamental	288.820,86	3,53%	410.758,79	4,64%
Total das Receitas	8.186.129,37	100,00%	8.861.667,24	100,00%

Unid.: Euro

Em 2017 estas receitas corresponderam a 38,45% do total das receitas, do que se depreende que o grande bolo de receita arrecadada depende de financiamentos externos à autarquia.

2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O comportamento geral das receitas próprias é negativo. Verifica-se, em 2017, um acréscimo de 2,89 p.p. do peso das receitas próprias sobre as receitas totais, relativamente a 2016, contudo existe um decréscimo do seu valor absoluto de 3.625,35 euros, como podemos verificar através do quadro seguinte:

Rub.	Designação	2017		2016	
		Executado	Peso	Executado	Peso
01	Impostos diretos	1.945.487,67	61,81%	1.954.130,68	62,02%
02	Impostos indiretos	65.525,74	2,08%	59.099,13	1,88%
04	Taxas, multas e out pen.	259.616,44	8,25%	215.615,06	6,84%
05	Rendimentos da propriedade	435.629,07	13,84%	431.341,40	13,69%
07	Venda de bens e serv. corr.	348.763,75	11,08%	373.802,19	11,86%
08	Outras receitas correntes	2.912,51	0,09%	11.329,32	0,36%
09	Venda de bens de inv.º	88.575,00	2,81%	104.056,09	3,30%
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
15	Rep. n/ abatidas nos pagamºs	796,77	0,03%	1.555,43	0,05%
Total das receitas próprias		3.147.306,95	38,45%	3.150.929,30	35,56%
Total das receitas		8.186.132,37		8.861.667,24	

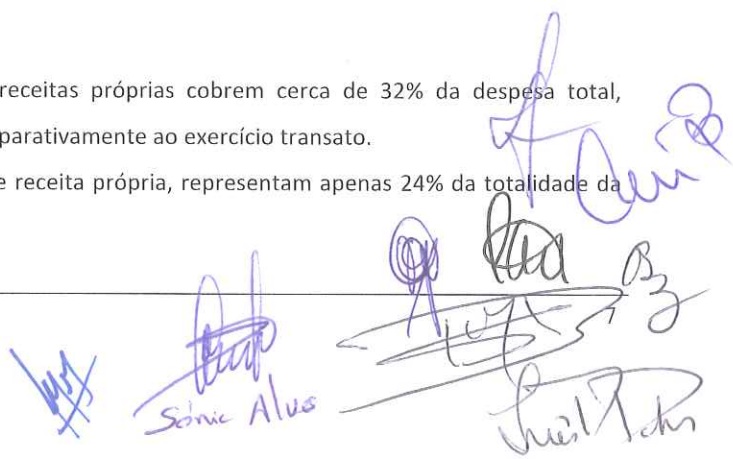
Unid.: Euro

Contribui para a diminuição das receitas próprias, verificado no exercício de 2017, os impostos diretos, a venda de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, a venda de bens de investimento e reposições não abatidas nos pagamentos. Verificou-se contudo um aumento nas rubricas de impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades e rendimentos da propriedade.

2.1.3. INDICADORES

Pela análise dos indicadores podemos verificar que as receitas próprias cobrem cerca de 32% da despesa total, representando um acréscimo de 2 pontos percentuais comparativamente ao exercício transato.

Os impostos diretos, que representam a principal fonte de receita própria, representam apenas 24% da totalidade da receita.



Rácio	2017	2016
Receitas Próprias / Despesa Total	0,32	0,30
Receitas Próprias / Receita Total	0,38	0,36
Impostos Diretos / Receita Total	0,24	0,22

Unid.: Euro

2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resultam da sua atividade direta são as transferências correntes e de capital, assim como os passivos financeiros, nomeadamente empréstimos contratados. No município, estes financiamentos representam 58,03% do total das receitas no exercício de 2017, pelo que comparativamente ao exercício transato verificamos um decréscimo de 1,78 p.p. no peso das receitas totais.

Financiamento não próprio	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes	4.250.517,17	89,48%	4.238.679,28	79,98%
Transferências capital	499.487,39	10,52%	389.050,07	7,34%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	672.249,80	12,68%
Total financiamento não próprio	4.750.004,56	58,03%	5.299.979,15	59,81%
Total Receitas	8.186.132,37		8.861.667,24	

Unid.: Euro

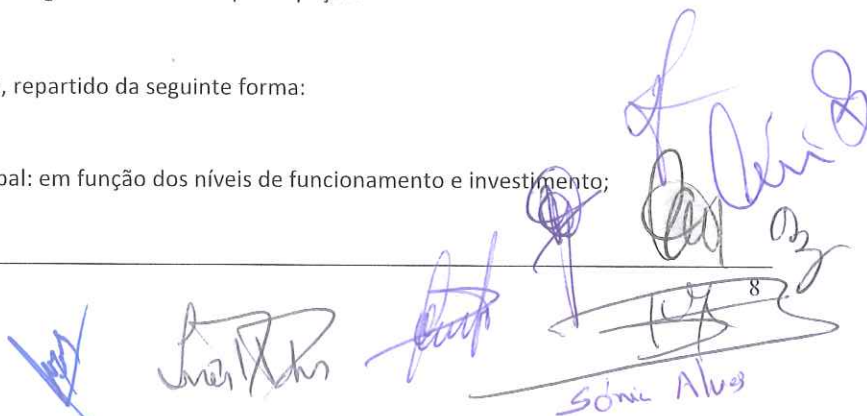
Podemos verificar que, tal como ocorreu no exercício de 2016, no exercício em análise, foram as transferências correntes, que possuíram maior peso (89,48%), verificando-se um aumento em valor absoluto de 11.837,89€. Relativamente ao peso das transferências de capital, podemos verificar que em 2017 existiu um aumento face ao peso que detinham em 2016, registando-se, em valor absoluto, um aumento de 110.437,32€ nesta rubrica.

2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento do Estado, nos termos consignados na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, Lei das Finanças Locais (RFALEI) que estabelece as seguintes formas de participação:

- FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, repartido da seguinte forma:
 - FGM – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de funcionamento e investimento;



- FCM – Fundo de Coesão Municipal: visa a correção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;
- FSM – Fundo Social Municipal: relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;
- Participação variável no IRS – Participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (93,81%), quer de capital (78,98%).

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	3.987.438,86	93,81%	3.871.826,00	91,35%
Outras Entidades Estado	143.435,09	3,37%	239.172,89	5,64%
Participação Comunitária	494,00	0,01%	823,33	0,02%
Fundo e Serv. Autónomos	48.407,80	1,14%	49.893,45	1,18%
Outras transferências correntes	70.741,42	1,66%	76.963,61	1,82%
Total das Transferências Correntes	4.250.517,17	100,00%	4.238.679,28	100,00%

Unid.: Euro

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	394.491,86	78,98%	372.447,00	95,73%
Outras Entidades Estado	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Participação Comunitária	104.995,53	21,02%	16.603,07	4,27%
Outras transferências capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total das Transferências Capital	499.487,39	100,00%	389.050,07	100,00%

Unid.: Euro

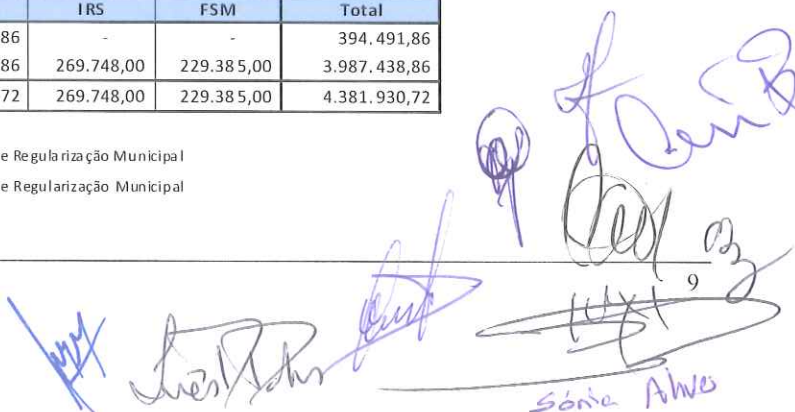
No exercício de 2017, os fundos municipais tiveram a seguinte representação:

Fundos	FEF	IRS	FSM	Total
Capital ^{a)}	394.491,86	-	-	394.491,86
Corrente ^{b)}	3.488.305,86	269.748,00	229.385,00	3.987.438,86
Total	3.882.797,72	269.748,00	229.385,00	4.381.930,72

Unid.: Euro

a) Inclui 7.764,86 relativo a Fundo de Regularização Municipal

b) Inclui 7.765,86 relativo a Fundo de Regularização Municipal



2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais

O mapa que se apresenta de seguida evidencia a evolução, até ao exercício de 2016, dos fundos municipais. Assinalamos um acréscimo de 1,23% do total dos fundos no exercício, face ao exercício transato.

Ano	Total de Fundos	Var n/n-1	Obs.
2007	4.015.660	-	
2008	4.152.080	3,40%	
2009	4.460.774	7,43%	
2010	4.506.500	1,03%	Mapa XIX, OE 2010
2011	4.281.175	-5,00%	Mapa XIX, OE 2011
2012	4.067.136	-5,00%	Mapa XIX, OE 2012
2013	4.067.136	0,00%	Mapa XIX, OE 2013
2014	3.955.241	-2,75%	Mapa XIX, OE 2014
2015	4.192.818	6,01%	Mapa XIX, OE 2015
2016	4.244.273	1,23%	Mapa XIX, OE 2016
2017	4.366.400	2,88%	Mapa XIX, OE 2017

Unid.: Euro

2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

A autarquia, em 2017, arrecadou receita proveniente de fundos comunitários, no âmbito dos projetos CENTRO-07-1166-FEDER-005001, CENTRO-09-0644-FEDER-006002 e CENTRO-07-2316-FEDER-000044, como se pode verificar no quadro seguinte:

	2017		2016		2015		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FEDER	104.995,53	100,00%	14.041,50	80,58%	41.112,75	45,79%	0,00	0,00%
Outros	0,00	0,00%	3.384,90	19,42%	48.669,85	54,21%	8.817,70	100,00%
Total	104.995,53	100,00%	17.426,40	100,00%	89.782,60	100,00%	8.817,70	100,00%

Unid.: Euro

2.2.4. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do Município é feita à luz do preceituado na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), nomeadamente no estabelecido no seu Capítulo V – Endividamento.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município à data de 31 de Dezembro de 2017, com os limites de endividamento calculados nos termos do artigo 52º da Lei n.º 73/2013:

Limite	Dívida Total (*)						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part (**)	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
10.614.314	01-01-2017						
	13.536.933	531.319	14.068.252	13.701.367	3.087.054		
	31-12-2017						
	12.061.091	475.475	12.536.566	12.235.921	1.621.608		
Variação da Dívida %							-10,70%
Variação do Excesso da Dívida %							-47,47%
Margem Disponível por Utilizar							

Unid.: Euros

Analisada a tabela anterior, podemos verificar que o município reduziu a dívida em 10,70 p.p. e o excesso de endividamento em 47,47 p.p..

Contribui para o excesso de endividamento o endividamento da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Comunidade Intermunicipal Viseu dão Lafões e das Empresas Municipais.

3. ANÁLISE DE ATIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Mapa de Execução das Atividades Mais Relevantes (AMR's). Os mapas anteriormente referidos, descrevem os investimentos e as atividades relevantes, concluídos e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos.

A nível financeiro, como síntese, é de destacar:

- Execução anual do PPI

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	55.485,78
Faturado no ano	415.352,92
Total.....	470.838,70
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	424.103,12

Unid.: Euros

[Handwritten signatures and notes in blue ink, including "Sónia Alves" and other illegible signatures]

▪ Execução anual das AMR's

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	748.969,68
Faturado no ano	2.139.315,96
Total.....	2.888.285,64
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	2.635.442,34

Unid.: Euros

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1. PROVEITOS

Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

Estrutura de Proveitos	2017		2016		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	292.288,98	3,51%	333.774,36	3,61%	-41.485,38	-12,43%
Impostos e taxas	2.264.130,47	27,21%	2.210.775,27	23,92%	53.355,20	2,41%
Variação da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Trabalhos para a própria entidade	18.636,86	0,22%	0,00	0,00%	18.636,86	nd
Proveitos suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Transferências e subsídios obtidos	4.640.758,39	55,76%	4.601.711,41	49,79%	39.046,98	0,85%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Proveitos e ganhos financeiros	490.424,74	5,89%	531.780,75	5,75%	-41.356,01	-7,78%
Proveitos e ganhos extraordinários	616.033,65	7,40%	1.563.527,50	16,92%	-947.493,85	-60,60%
Proveitos Totais	8.322.273,09	100,00%	9.241.569,29	100,00%	-919.296,20	-9,95%

Unid.: Euros

Observamos que 55,76% dos proveitos resultam de transferências e subsídios obtidos, com relevo preponderante das transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado, apresentando os proveitos totais uma diminuição de 9,95%.

Numa análise às rubricas da tabela, verificamos que as Vendas e prestações de Serviços diminuíram 12,43%. O aumento de 2,41% da rubrica Impostos e taxas deve-se a uma maior arrecadação de impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades. No tocante a Transferências e subsídios obtidos o aumento de 0,85% deve-se ao aumento das transferências do Estado. Os Proveitos e Ganhos Financeiros diminuíram 7,78% devido à menor arrecadação de receita proveniente de juros sobre cobrança de impostos. Os Proveitos e Ganhos extraordinários diminuíram 60,60% devido à redução de provisões que ocorreu no exercício transato.

[Handwritten signatures and notes in blue ink]

4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:

Estrutura de Custos	2017		2016		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas	151.659,28	1,60%	115.040,91	1,26%	36.618,37	31,83%
Fornecimentos e serviços externos	2.519.396,60	26,55%	2.306.179,81	25,27%	213.216,79	9,25%
Custos com o pessoal	2.406.664,88	25,37%	2.401.186,04	26,31%	5.478,84	0,23%
Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais	294.078,91	3,10%	239.288,80	2,62%	54.790,11	22,90%
Amortizações do exercício	3.333.398,79	35,13%	3.490.098,39	38,25%	-156.699,60	-4,49%
Provisões do exercício	337.946,39	3,56%	0,00	0,00%	337.946,39	n.d
Outros custos e perdas operacionais	71,14	0,00%	156,64	0,00%	-85,50	-54,58%
Custos e perdas financeiros	181.531,41	1,91%	252.370,85	2,77%	-70.839,44	-28,07%
Custos e perdas extraordinários	262.874,88	2,77%	321.165,57	3,52%	-58.290,69	-18,15%
Custos Totais	9.487.622,28	100,00%	9.125.487,01	100,00%	362.135,27	3,97%

A rubrica de amortizações do exercício com 3.333.398,79€ e com um peso de 35,13% do total dos custos, tal como no exercício anterior, constitui a principal componente dos custos do Município. Perspetiva-se que esta situação se mantenha nos períodos futuros. Também preponderantes na estrutura dos custos, são os custos com Fornecimentos e serviços externos e os Custos com pessoal, que no exercício de 2017 representam 26,55% e 25,37% dos custos totais, respetivamente.

Analisando a tabela verifica-se um aumento das rubricas de Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (31,83%), Fornecimentos e serviços externos (9,25%), Custos com o pessoal (0,23%) e de Transferências e subsídios correntes (22,90%). Verificamos uma diminuição nos custos com as rubricas de Amortizações do exercício (4,49%), Outros custos e perdas operacionais (54,58%), Custos e perdas financeiros (28,07%), e Custos e perdas extraordinários (18,15%).

4.1.3. RESULTADOS

4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2017 e o exercício de 2016:

Rubricas	2017	2016
Resultados Operacionais	-1.827.401,29	-1.405.689,55
Resultados Financeiros	308.893,33	279.409,90
Resultados Correntes	-1.518.507,96	-1.126.279,65
Resultados Extraordinários	353.158,77	1.242.361,93
Resultados Líquidos	-1.165.349,19	116.082,28

Unid.: Euros

Da análise dos resultados verifica-se que os Resultados Operacionais apresentam um agravamento de cerca de 30%. Os Resultados Financeiros evoluíram favoravelmente em cerca de 10,55% resultante da redução de juros de mora em

consequência da diminuição da dívida com credores. Os Resultados Extraordinários apresentaram evolução negativa de cerca de 71,58%. O Resultado Líquido negativo, regista uma evolução desfavorável de cerca de 1.003,90%, o que em valor absoluto se traduz num agravamento de 1.281.431,47€.

4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

Designação	2017	2016	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas de Terceiros de curto prazo	476.886,43	391.388,17	85.498,26	21,84%
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	n.d.
Clientes, c/c	0,00	0,00	0,00	n.d.
Contribuintes, c/c	23.497,99	15.227,99	8.270,00	54,31%
Utentes, c/c	213.813,57	213.074,21	739,36	0,35%
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	310,43	310,43	0,00	0,00%
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	n.d.
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	n.d.
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	n.d.
Administração autárquica	53.988,26	53.988,26	0,00	0,00%
Outros devedores	185.276,18	108.787,28	76.488,90	70,31%
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo	0,00	0,00	0,00	n.d.
Total da Dívida de Terceiros	476.886,43	391.388,17	85.498,26	21,84%

Unid.: Euros

Verifica-se um aumento da dívida de terceiros no exercício de 2017 em comparação com igual período do exercício anterior, no valor de 85.498,26€ sendo este resultante, na sua maioria, de receita proveniente de impostos indiretos e outros devedores.

4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:



Handwritten signatures and stamps, including the name 'Sónia Alves' and other illegible signatures.

Designação	2017	2016	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas a Terceiros de curto prazo	1.755.787,47	1.978.015,69	-222.228,22	-11,23%
Empréstimos a curto prazo	0,00	0,00	0,00	n.d.
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	n.d.
Fornecedores c/c	720.835,64	938.436,89	-217.601,25	-23,19%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	n.d.
Clientes e utentes c/ cauções	842,14	887,03	-44,89	-5,06%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	n.d.
Fornecedores de imobilizado c/c	23.037,98	46.849,44	-23.811,46	-50,83%
Estado e outros entes públicos	33.207,46	27.793,83	5.413,63	19,48%
Administração autárquica	2.215,19	11.664,49	-9.449,30	-81,01%
Outros credores	975.649,06	952.384,01	23.265,05	2,44%
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	10.305.303,49	11.558.917,24	-1.253.613,75	-10,85%
Dívidas a instituições de crédito	10.125.869,94	11.319.671,69	-1.193.801,75	-10,55%
Outros Credores	179.433,55	239.245,55	-59.812,00	-25,00%
Total da Dívida a Terceiros	12.061.090,96	13.536.932,93	-1.475.841,97	-10,90%

Unid.: Euros

No final de 2017, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam um valor de 1.755.787,47€, inferiores em relação ao ano anterior na ordem dos 11,23%. O saldo da rubrica 'Outros Credores' respeita fundamentalmente à participação no capital social do FAM a realizar em 2017 no valor de 59.812€ e à dívida existente à Agência para o Desenvolvimento e Coesão relativamente aos processos de devolução QREN, no valor de 813.616,88€.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, respeitantes a empréstimos bancários, registam um decréscimo de 10,55% em relação a 2016, devendo-se este à amortização de empréstimos existentes. O valor registado na rubrica Outros Credores diz respeito à participação no capital social do FAM a realizar nos anos de 2019 a 2021, no valor de 179.433,55€.

O total da dívida a terceiros apresenta uma diminuição de 10,90%, esta diminuição verifica-se na dívida de médio e longo prazo (10,85%) e na dívida de curto prazo (11,23%).

Importa referir que existe um empréstimo bancário cujos encargos não estão a ser liquidados nos prazos estabelecidos, situação que se arrasta desde o exercício de 2013. À data de 31 de Dezembro de 2017 o valor acumulado destes encargos ascende a 1.348.088,72€, sendo que 290.178,34€ respeitam a incumprimento no ano;

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõem-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor negativo de 1.165.349,19 euros (um milhão, cento e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove euros e dezanove centimos), seja aplicado da seguinte forma:

- Transferência para Resultados Transitados

-1.165.349,19€

6. OUTROS FATORES RELEVANTES

O artigo 303º da LOE2018 vem aditar o nº 5 do artigo 19 da Lei do FAM, que determina para o próximo quadriénio, uma redução progressiva das contribuições para o FAM de 25%, 50%, 75% e 100% para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente. Assim a participação do Município no capital social do FAM será ajustada no valor de 149.527,55€ repartida do seguinte modo: 14.953€ em 2018, 29.906€ em 2019, 44.859€ em 2020 e 59.809,55€ em 2021.